

Tradução mal feita de “La Trama Alternativa” da Giusi Palomba.

O sonho e a prática – O que somos dispostas a tolerar para que a sociedade funcione (193-205)

O que é a justiça transformativa (204-213)

Conclusão (224 - 234)

O sonho e a prática – O que somos dispostas a tolerar para que a sociedade funcione (193-205)

Há um conto breve de Ursula Le Guin intitulado «Os que se afastam de Omelas». Omelas é uma cidade imaginária onde todos são felizes e despreocupados a tal ponto que a voz narrativa tem dificuldade em acreditar que é real. A pessoa que narra, cuja origem é desconhecida – não se sabe exatamente a que povo pertence – chega à cidade durante a Festa do Verão, a ocasião em que se celebra essa alegria próspera e perene. O leitor percorre as ruas de Omelas imerso em músicas e danças, entre crianças que correm pelas ruas e voos de andorinhas, entre cortejos de raparigas e rapazes nus, enquanto ao longe a neve cobre de branco os picos das montanhas. Omelas prospera sem precisar de um rei, ou de religiões, sem Bolsa, sem publicidade, sem polícia secreta, sem clero e soldados. E as pessoas não são estúpidas, mas maduras, inteligentes e apaixonadas: «O problema é que nós temos o péssimo hábito, encorajado pelos pedantes e pelos sofisticados, de considerar a felicidade como algo bastante estúpido. Só o sofrimento é intelectual, só o mal é interessante». Le Guin quase nos convenceu da superioridade desta civilização, até que começa a revelar um detalhe sombrio. Numa sala trancada sob um dos edifícios brilhantes da cidade de Omelas, está sentado um menino ou uma menina, ou de qualquer modo uma criatura cujo gênero não é conhecido. Nem sequer a idade se percebe, pode ter entre seis e dez anos, e parece ter alguma dificuldade física ou cognitiva: «Talvez tenha nascido assim ou talvez tenha ficado estúpida devido ao medo, à desnutrição e ao abandono». Nunca ninguém visita a criatura, que não sabe o que é o tempo, exceto algumas vezes em que a porta se abre e alguém espreita, e por vezes se aproxima e lhe dá um pontapé. Antes a criatura pedia ajuda e chorava, hoje já não o faz e apenas lamúria com as poucas energias que lhe restam. De vez em quando alguém vai vê-la, outros sabem apenas que vive ali e que o bem-estar da cidade depende inteiramente «da sua abominável infelicidade». Quem narra coloca-nos de repente perante uma realidade desconcertante. Este é o horrível pacto sobre o qual se funda a felicidade de toda a cidade: se a criatura saísse, a beleza e a alegria de Omelas desapareceriam. Um compromisso que parece ser compreensível e no fim de contas justificado. Afinal, quem sonharia renunciar a tanta graça? E enquanto a pergunta começa a circular na cabeça de quem lê, chega «outra coisa a acrescentar, e esta é realmente incrível». Nem todos, perante a visão da criatura aprisionada, reagem da mesma forma. Às vezes, muito raramente, alguém a visita e depois não volta mais para casa, porque não pode suportar mais aquela realidade, ou seja, o facto de que a sua própria felicidade dependa do sofrimento de uma criança aprisionada. As pessoas que não suportam esta realidade então começam a caminhar sem destino, a percorrer caminhos desconhecidos, em direção à escuridão dos campos, e decidem deixar Omelas. Quem narra não entende nem porquê, nem para onde se dirigem: «Mas parece que eles sabem para onde vão, os que se afastam de Omelas».

É de Omelas, ou melhor, do caminho que se afasta da cidade, que partiu o workshop de escrita criativa idealizado e organizado por Phil Crockett Thomas, investigadora independente da Universidade de Glasgow. O que estamos dispostos a tolerar – pergunta-nos nas entrelinhas o conto de Le Guin – para fazer uma sociedade funcionar? Quem não pode aceitar que a sociedade funcione apenas graças ao sofrimento de alguém, acaba por abandonar a cidade: o que é isso senão uma imagem que fala de utopia e da dificuldade de compreender as escolhas de quem trilha esses caminhos desconhecidos? Phil é uma das pessoas que conheci na Escócia e que me ajudou a entender a importância do trabalho sobre a cultura e sobre a narração, aquela da prisão, da pena, e mais genericamente da punição e do castigo. O trabalho de Phil começa há muito tempo, quando começa a juntar uma coleção de poesias intitulada *Stir: Poetic Field Works from the Distant Voices Project*, que é o fruto de um laboratório de escrita de canções para ex-detidos e as suas famílias. E nos últimos meses Phil montou um grupo de escrita criativa do qual nasceu *Abolition Science Fiction*, uma coleção de contos sci-fi abolicionistas.

Abro um cartaz que Phil define como «manifesto punk» que foi usado como ponto de partida para o workshop, no qual participaram cerca de vinte pessoas do mundo do ativismo, da academia, ou simplesmente apaixonadas pela escrita. Phil conta-me: «Com este projeto percebi o quanto a escrita criativa é também uma questão de tempo, e que as pessoas envolvidas muitas vezes têm muito pouco. As pessoas que se dedicam ao abolicionismo ou que fazem ativismo em geral são constantemente chamadas a escrever materiais introdutórios sobre estes temas sem poder dar muitos passos em frente. Seria necessário tempo para fazer, por exemplo, ficção especulativa: é um canal muito poderoso para falar de utopias». O cartaz serve de inspiração, porque contém muitas citações de escritoras e ativistas, como aquela tirada de *Abolition. Feminism. Now.* de Angela Davis: «A abolição é por necessidade especulativa, e nós abraçamos ardentemente a sua dimensão utópica». Quando conheci Phil pela primeira vez, o livro ainda não estava pronto, mas ela contou-me alguns dos pontos que já tinham surgido: «A maioria das pessoas que participaram no workshop não tinham muita experiência com a escrita criativa ou nunca tinham escrito uma história antes. Por isso, procurei começar com uma série de exercícios para construir um corpo de conteúdos sobre os quais trabalhar. E mesmo que a ordem dos exercícios fosse bastante aleatória, no fim surgia sempre algo iluminante e interessante para falar de justiça e punição. O tema era inventar um gatilho que determinasse o fim da cultura da punição e o fim das prisões, e imaginar algo a partir dessas condições. O foco podia ser num detalhe, ou num conceito muito mais amplo. Algumas pessoas produziram ideias sobre novas estruturas sociais, outras imaginaram uma mudança a partir de uma conversa ao jantar». Phil disse-me que em muitas das histórias é a natureza a força curativa capaz de resolver problemas, em outras trabalha-se na educação, em como repensamos os espaços comuns e na forma de derrubar os espaços da punição. Uma pessoa, por exemplo, imaginou como gatilho que os seres humanos fossem capazes de atravessar as paredes, de modo que as prisões perdessem completamente o sentido, o que significa repensar o conceito de segurança. E todas as histórias, em conclusão, desenvolveram-se em torno de quatro temas: a evasão, o mundo após as prisões, a expansão – ou seja, a maneira como expandimos o apoio mútuo e as nossas conexões para criar mundos mais justos – e a utopia crítica. No conto «*Prison Planet 824*» de Richard C. Quorum, um grupo de pessoas chega a um planeta para cumprir uma pena detentiva. Na realidade o conceito de «detenção» nesse planeta não existe: depois de aterrarem com outras deportações, os recém-chegados decidem libertar-se dos fatos blindados, as *Cryptosuits*. Uma voz, à sua

chegada, avisa os não-detidos: «Amigos, estão prestes a experimentar um sentimento inédito. Por favor, não se alarmem». Para manter esta ficção, a voz informa que o planeta de origem nunca deve saber o que aconteceu no novo. Na sua brevidade, o conto consegue tocar dois pontos sensíveis: a dificuldade de voltar a imaginar um futuro para as pessoas detidas, e a dificuldade de conceber a liberdade numa sociedade em que o punitivismo está já tão cristalizado: os habitantes do novo mundo têm de esconder do velho que se libertaram, como quem diz que de outra forma a reação não seria positiva e arruinaria também a vida no novo planeta.

Conceber a utopia assusta, a maioria das pessoas sente-se desconfortável diante dos sonhos, e acha as ideias utópicas ingênuas: é melhor ficar em Omelas, render-se à sua influência e nunca fazer perguntas incômodas. Os primeiros momentos que partilhei com Bernat durante o processo transformativo eram animados pelo mesmo medo. Líamos juntos as páginas que relatavam as razões e os horizontes daquela maneira de reparar o rasgão, as antevisões do percurso inédito que nos aguardava, e percebo só hoje que uma parte de mim não acreditava em nada, talvez porque não era capaz de compreender nada. Não era capaz de acreditar naquela narrativa porque não me era familiar.

Essa falta de familiaridade, ainda que não me tenha impedido de seguir com convicção todos os outros passos, tornou-me impossível inventar maneiras de me reaproximar de Bernat. Afastar-me dele, mantendo uma ilusão de proximidade sem ceder às formas mais punitivas de julgamento, parecia-me já um grande feito, e foi o ponto em que me detive, aquele a que podia chegar com as ferramentas que tinha na altura. Porque imaginar até mesmo continuar amiga dele seria demasiado, porque talvez estivesse a quebrar demasiadas regras e, de alguma forma, temia que isso me custasse caro.

A educação política, as diferentes educações políticas que carregava comigo e às quais nunca consegui adaptar-me completamente, criaram-me novos medos em vez de me darem explicações ou respostas. Por mais que tivesse projetado em Serena todas as ansiedades em relação à percepção externa de nós, também os meus nervos estavam bastante tensos com a ideia de sermos marginalizadas.

Os anos passados em contextos de ativismo deveriam ter facilitado a proximidade com o mundo dos ideais. A realidade é que até os ideais se desgastam, esvaziam-se, sofrem os mesmos processos de desgaste de todos os mecanismos que carecem de manutenção, e deixam-se contaminar e corromper como tudo o resto. Mariame Kaba, educadora e organizadora comunitária norte-americana, escreve: "A esperança é uma disciplina". E era este o elemento que faltava. Com o tempo, a prática substituiria, ou pelo menos tornaria menos assustadoras, as dúvidas. Transformá-las-ia em material de trabalho. Mas seriam precisos meses para poder gerir isso de uma forma que não me desgastasse demasiado. Durante o percurso, os nossos encontros e as nossas conversas não eram apenas teoria: partiam de outros que já tinham utilizado essas práticas, num contexto cultural já treinado sobre a responsabilidade coletiva que tornava essas trocas bastante fluidas. Embora fosse um trabalho pioneiro, podíamos contar com outras experiências. Depois vieram os estudos propriamente ditos, e eu devorava tudo o que pudesse ajudar-me a desfazer os nós mais apertados.

Desde que estou na Escócia, é mais fácil aceder a materiais em inglês. Dos Estados Unidos chegam as vozes de Mariame Kaba, Leah Lakshmi Piepzna-Samarasinha, Mia Mingus, adrienne maree brown, e toda uma geração de ativistas e autoras visionárias que provêm de percursos abolicionistas, feministas, de justiça para pessoas com deficiência, queer, dos movimentos negros, de ativismo ligado à arte e à escrita criativa. Uma geração que está a

falar de justiça transformativa e responsabilização comunitária sem nunca separar a teoria da prática, uma distinção que na verdade aqui perde completamente o sentido. Esta nova forma de propagar cultura comunitária não é feita de discursos fechados e definitivos aplicáveis em qualquer lugar, mas de saberes novos que brotam como rizomas para satisfazer as necessidades dos lugares e dos momentos em que nascem.

Por isso, também as palavras precisam de ser reinventadas, imaginadas conforme os contextos, e nem sempre é simples encontrar na própria língua termos eficazes para traduzir conceitos nascidos noutros lugares, em outros mundos. Uma das palavras-chave nas práticas vindas dos Estados Unidos é *accountability*. É uma palavra que traz consigo muitos outros significados em comparação com responsabilização, que é o termo que tenho utilizado até agora e que muitas vezes continuarei a usar. *Accountability*, conforme é entendida nas práticas comunitárias, é compreender que um dado comportamento teve um efeito sobre outros seres humanos, é o reconhecimento de uma responsabilidade por esse efeito, e é, ao mesmo tempo, a capacidade de tomar a iniciativa, de fazer parte da mudança necessária para evitar que esse comportamento se repita no futuro.

O Bay Area Transformative Justice Collective (BATJC), INCITE! Women of Color Against Violence, Communities Against Rape and Abuse (CARA), Critical Resistance, Creative Interventions, generation FIVE, Philly Stands Up, Challenging Male Supremacy Project e a Atlanta Transformative Justice Collaborative são apenas algumas das organizações mais longevas que se dedicaram, entre outras coisas, a fornecer definições e sistematizações básicas para quem começa a aproximar-se desses temas. As primeiras formalizações remontam ao início dos anos 2000, quando se começa a falar abertamente de encontrar maneiras de interromper a violência interpessoal que não envolvam as estruturas do Estado, inspirando-se no trabalho das gerações de pessoas que praticaram justiça transformativa desde sempre, desde antes de ter um nome, sem apoio e recursos. "São as comunidades que sempre souberam que tinham de cuidar de si mesmas", conta Priya Rai, organizadora do Queer Network Program e ativista contra o tráfico de seres humanos da API Chaya. "As comunidades migrantes, trans, as pessoas queer racializadas, as pessoas com deficiência, as trabalhadoras do sexo, as pessoas de classe baixa, todas aquelas que nunca puderam contar com alguém fora dos seus círculos, porque isso significaria colocar-se a si mesmas e aos seus entes queridos em perigo."

Nos Estados Unidos, as realidades mais precoces são grupos como generation FIVE e Alternative to Violence Project (AVP), realidades que partem da ideia de que obter justiça nos termos compreendidos pela justiça criminal não coincide sempre com uma solução satisfatória para as pessoas que sobrevivem a um abuso. Generation FIVE concentra-se em particular no abuso infantil, e é uma das primeiras a definir a justiça transformativa como um processo que se dedica a "prover, de imediato, a segurança de quem sofreu violência, além da cura e reparação a longo prazo, e simultaneamente busca a responsabilização das pessoas que cometeram violência e das suas comunidades". O compromisso da organização está contido no nome: abolir o abuso infantil em contextos comunitários no espaço de cinco gerações. A estratégia de generation FIVE é trabalhar na reconstrução da consciência e da personalidade de quem sofre abusos, dar-lhes ferramentas para se libertarem e se defenderem, e mobilizar os chamados bystanders a intervir. Os Bystanders são as pessoas não imediatamente envolvidas – familiares, vizinhos, amigos – mas que na verdade conhecem o problema e podem prevenir ou responder às violências e tornar-se aliadas. Dito assim, parece muito simples, mas a prática depara-se com uma verdade muito amarga: o abuso perpetua-se demasiadas vezes no silêncio familiar e nos círculos de amizades, um silêncio que pode cobrir anos de comportamentos violentos.

Também aqui, a habitual narrativa de agressor e vítima torna-se inútil: fingir que não se vê é parte do problema. Se se quebra esse silêncio e se envolvem no processo também as pessoas à volta, a violência pode ser interrompida e, a longo prazo, prevenida. Cumprir esta tarefa certamente pressupõe uma preparação emocional e organizativa notável, e é aqui que entram em jogo organizações como generation FIVE. O abuso infantil, dizem os ativistas, é uma das formas de violência mais íntimas, estigmatizadas e demonizadas. Mas a sociedade contemporânea ainda não foi capaz de resolvê-la, e um dos motivos é a negação ou a indiferença em relação às suas origens, onde a prisão resulta ser a única tentativa de tapar o buraco. O abuso é, na esmagadora maioria dos casos, perpetrado por homens que, por sua vez, foram abusados, negligenciados ou perseguidos.

Não é uma justificação, mas uma tentativa de solução: se este ciclo de violência se interrompe, se se consegue compreender que a violência se transmite de uma geração para outra, então é possível também detê-la. Generation FIVE e outras organizações semelhantes entram nas comunidades e começam a falar sobre isso, a quebrar o silêncio. Não pode causar mais dor do que toda a dor que já existe.

Nem todas as organizações que hoje se dedicam à justiça transformativa incluem o abuso infantil nos seus intervenções. Por exemplo, a cooperativa com a qual iniciei os meus estudos não o prevê, mas todas certamente reconhecem o contributo de organizações como generation FIVE para estender o trabalho sobre a violência interpessoal a todas as suas manifestações.

What is Transformative Justice é um documentário disponível no canal do YouTube do Barnard Center for Research on Women que reúne diversas entrevistas a praticantes norte-americanos sobre o papel laboral que desempenham. Se tivesse que resumir as suas intervenções, diria que "justiça transformativa" é simplesmente um pacto de confiança que substitui um pacto de silêncio. E o pacto afirma que, perante um abuso, uma violência, um conflito, compromete-se a responder com uma tomada de responsabilidade coletiva, contando com recursos internos, externos ou ambos, conforme as escolhas e as possibilidades do grupo. E o pacto pode ser validado através de várias ações, cujo objetivo é reduzir ao máximo a possibilidade de violência, trabalhando naquilo que a precede, nas suas causas: podem existir grupos de estudo informais ou profissionais, momentos de cuidado periódicos, pessoas especializadas que se formam nos grupos. Podem ser protocolos escritos ou decididos oralmente que prevejam processos reparativos ou transformativos, dependendo do tipo de grupo ou organização, mais ou menos formal. Às vezes, é necessário potenciar o que já existe, outras vezes perceber a inexistência ou inconsistência dos recursos, a necessidade de os ativar, sejam eles económicos ou emocionais, de tempo e de espaço.

A justiça transformativa é um passo a mais, ou numa outra direção, em relação à justiça reparativa. A diferença fundamental é que não depende do Estado: a transformação tem outros pressupostos em comparação, por exemplo, a um processo de reparação do dano que envolve exclusivamente quem o causou e quem o sofreu, e é também algo diferente dos programas de reeducação em complementaridade com a prisão. Recorro a uma metáfora usada por adrienne maree brown para tornar clara a diferença: se eu roubar uma carteira porque preciso de dinheiro, posso devolvê-la e pedir desculpa, mas no final deste processo, continuarei a ser uma pessoa pobre. A justiça reparativa ou restaurativa retorna ao momento anterior em que esse dano foi causado. A pessoa que roubou pedirá desculpa, e a pessoa roubada poderá aceitá-las, mas ao fim desse processo, serão restabelecidas as condições iniciais. A reparação não modificará as razões pelas quais o roubo aconteceu – a

pobreza, uma dependência, uma doença – e quando a pessoa voltar às condições iniciais, provavelmente encontrará novamente a necessidade de roubar. As situações em que há violência – este é o coração da abordagem transformativa – são muitas vezes consequência de uma injustiça, o fruto de uma desigualdade, e assim o alcance da justiça não pode deixar de passar pela busca de instrumentos para transformar o existente, para mudar essas condições iniciais para que o dano não ocorra mais. Não se trata neste caso de encontrar um final alternativo, mas de reescrever toda a trama.

adrienne maree brown enfatiza que a maneira como o fazemos é fundamental, antes de tudo compreendendo que as instituições estão tão interligadas com a justiça punitiva que não são úteis na maioria dos casos.

Para colocar em prática este ambicioso projeto de desconstrução, precisamos de novas figuras comunitárias, novos papéis, infraestruturas voltadas para o bem-estar coletivo e que nasçam a partir da base e não impostas de cima.

Como afirma Mia Mingus, fundadora da SOIL: «A justiça transformativa é o cotidiano das pequenas coisas que evitam o surgimento das grandes coisas. Uma espécie de prática preventiva. Trata-se de trabalhar no que desde o início gera os mecanismos e as dinâmicas que levam a um abuso. Para desconstruí-los, então, é necessário um retorno às bases da convivência comum». Mingus lista uma série de questões úteis para chegar lá: «Como recuperamos as capacidades comunicativas básicas nas nossas comunidades? De que maneira nos tornamos capazes de pedir desculpas genuínas? Como fazemos para tornar um conflito com as pessoas da nossa vida cotidiana algo gerador e não punitivo? Como difundimos a cultura da responsabilidade, e como nos ajudamos e apoiamos uns aos outros num processo de cura? Como ensinamos o consentimento durante a infância? De que modo nos tornamos disponíveis, presentes, guias para as pessoas jovens nas nossas vidas?»

A transição da juventude para a idade adulta é um momento central nas práticas de responsabilização comunitária, porque é também o momento em que, penalmente, somos enquadrados segundo outros códigos, e deixamos de receber aquele mínimo de compaixão, compreensão e encorajamento às vezes necessários para nos recuperarmos de uma crise. É esse espaço concedido para a transformação que, à medida que se torna adulto, se restringe cada vez mais. É também aquele em que ainda é possível conter as consequências dos traumas transmitidos de uma geração para a outra.

Há uma grande diferença entre uma bofetada única e uma violência que se repete e se torna um destino de sofrimento. O trabalho coletivo pode fazer com que a bofetada única não se traduza nesse destino, se à primeira for dado o peso adequado. A responsabilidade de uma bofetada dada em público por um homem a uma mulher não pertence apenas ao casal. Pertence às famílias que estigmatizam a ideia de um divórcio, a quem ignora ou justifica os sinais de comportamentos violentos, aos amigos que minimizam, às razões culturais pelas quais a mulher não consegue deixar o homem, a quem ri das piadas sexistas no bar. Pertence também a quem já sente esse peso e essa responsabilidade partilhada, talvez tenha tentado intervir, mas não conseguiu, encontrou um muro de silêncio, de justificações cruzadas, não conseguiu pensar em instrumentos adequados ou eficazes.

Chegar a ver e reconhecer o quadro completo das responsabilidades da violência no cotidiano é já, por si só, justiça transformativa.

O que é a justiça transformativa (204-213)

Se «giustizia transformativa» é o conjunto das estratégias que muitas pessoas usam todos os dias, mesmo inconscientemente, para evitar o punitivismo, a facilitação é a intervenção, em um grupo em conflito, de alguém que tem uma preparação específica nessas mesmas estratégias. A facilitação serve para minimizar os riscos e torna os processos sustentáveis a longo prazo.

As pessoas especializadas em facilitação são chamadas por um grupo (de pessoas que trabalham juntas, ou que fazem parte do mesmo coletivo, ou do mesmo bairro, ou que se reúnem informalmente em torno de um tema ou uma questão comum, por exemplo) que acredita e percebe que precisa de ajuda para resolver um conflito. E quem facilita permite às outras expressarem-se em contextos onde todas as vozes são ouvidas, mas levando em conta as relações de poder. Não é uma moderação, não é manter as ordens de quem deve falar primeiro ou atuar como árbitro num ringue, mas sim ouvir e vigiar o que está realmente a acontecer na sala e dar-lhe espaço, deixar que se desenrolem os padrões de comportamento além dos fatos e das diferentes versões dos fatos, com o objetivo de derrubar os muros da negação e das justificações e alcançar uma tomada de responsabilidade.

Hoje em dia, há um debate muito fervoroso sobre o que podemos chamar de «externalização» dos processos de accountability. Há quem acredite que é melhor tornar cada vez mais profissional a facilitação externa, e há quem prefira desenvolver as capacidades dentro dos próprios grupos, especialmente quando falamos de grupos informais, talvez após um período de acompanhamento com uma facilitação externa. A ideia, no segundo caso, é que ninguém mais do que as pessoas envolvidas tem as ferramentas, o conhecimento e as informações necessárias para resolver os problemas internos. E às vezes, os processos de responsabilização funcionam melhor a partir de relações de confiança que já estão em vigor do que com a intervenção de pessoas estranhas. Chamar um elemento externo pode exacerbar as tendências do grupo de desinteressar-se pelo problema, assim a pessoa especialista será a única a cuidar dele e os outros sentirão que podem ser isentados de o fazer. Além disso, é importante também cuidar da integridade de quem facilita, ninguém está imune à possibilidade de prejudicar alguém e gerar comportamentos nocivos, nem mesmo a mais experiente das facilitadoras. Neste caso, a chave é o poder: os riscos são minimizados evitando concentrar demasiado e dividindo as tarefas e responsabilidades entre todos os elementos do grupo, mesmo quando há recurso a uma facilitação externa. Na minha opinião, neste momento, todo o trabalho é útil, tudo é necessário. Ainda estamos tão carentes de prática, especialmente em Itália, que cada iniciativa é valiosa. E por mais que possa ser absolutamente benéfico criar e disseminar conhecimento nos grupos de forma independente, às vezes é preciso levar em conta o quanto o trabalho emocional necessário para o propósito é drenante. Os processos de desconstrução são extenuantes, e muitas vezes os nossos altos ideais se chocam com uma preparação inadequada diante das armadilhas do negacionismo, diante da incapacidade de enfrentar o grau sistémico das opressões. Desaprender, abandonar os

processos automáticos, as conexões, as reações, é um processo mais doloroso, profundo e desconcertante do que aprender. Desaprender deixa emergir os traços do que fizemos sem pensar e da dor que causamos. Quando se começa a trabalhar, recorrer a pessoas preparadas, ou pelo menos alertá-las, acho que é também um gesto de grande cuidado além de um ato necessário. E sim, é um trabalho que pode ser muito lento e muito longo, dependendo de quanto as pessoas já tenham trabalhado para interceptar os padrões de comportamento nocivos. Stas Schmiedt faz parte da organização Spring Up, que se dedica ao coaching transformativo, e em "What is Transformative Justice" nos conta que, qualquer grave complicação que surja numa comunidade, há sempre alguém que a está a experimentar de outra forma, a uma intensidade mais baixa, a um nível menos perceptível, que é na realidade também o nível em que podemos intervir com mais eficácia. Os comportamentos problemáticos reaparecem sempre, e responder de maneira ampla evita que uma violência mais grave se concentre no futuro em uma única pessoa. Para lidar com os padrões de comportamento, nunca se deve deixar de fazer perguntas como as que propõe Esteban Kelly da AORTA (Anti-Oppression Resource and Training Alliance): «Quem favoreceu um clima de silêncio? Qual padrão de comportamento se repetiu antes que a crise ocorresse? O que permitiu que os eventos aumentassem de intensidade? Quais foram os indícios de supremacia masculina, sexismo, supremacia branca, formas de classismo, que transmitiram mensagens subliminares tornando aceitável a ocorrência da violência? Qual cultura garantiu que ninguém interviesse até que o problema atingisse uma tal escalada que se tornou impossível evitá-lo?»

A violência interpessoal existe mesmo quando ignorada, e a habilidade de ler os sinais é uma questão de treino, estudo e crítica, uma tarefa que precisa de apoio e recursos. Mas se, como sustenta o Bay Area Transformative Justice Collective, «os movimentos mainstream sinalizam a violência doméstica e de género escolhendo como primeira opção as estruturas do Estado», os recursos em que contam as práticas transformativas são o senso de pertença e suas capacidades curativas. Quando o senso de pertença se corrompe, as possibilidades de transformação reduzem-se. Durante os discursos sobre organização comunitária e sobre as tentativas de reparação e transformação, sempre nos pedem para contar histórias de sucesso e de fracasso. De alguma forma, todo esse grande trabalho muitas vezes se resume à pergunta: «Conseguiram ou falharam?» E para mim, pensar em termos tão binários é sempre muito limitador. Se realmente queremos usá-los, cada experiência prevê simultaneamente sucessos e fracassos. Mas gostaria de tentar reformular a questão dos resultados, ultrapassando o par de opostos. Talvez seja mais sensato perguntar quais são as necessidades que surgem mais frequentemente, as carências mais recorrentes, as dinâmicas mais frequentes quando se enfrenta um conflito, quando se tenta desatar um nó num grupo, numa organização ou entre duas pessoas. Mais do que perguntar se conseguimos ou se falhamos, faz mais sentido perguntar o que faltou naquela situação específica? Qual figura, qual estrutura, qual recurso teria evitado que o conflito ocorresse?

Há uma grande falta de discussões abertas nas comunidades que tratam das necessidades partilhadas. Às vezes, diante de um conflito, as perguntas reais a serem feitas são: do que precisamos para resolvê-lo? O que devemos fazer para que não aconteça de novo? Aconteceu-me de partilhar esta reflexão com Michelle Brown, professora do departamento de Sociologia na Universidade do Tennessee, que se dedica a estudos prisionais a partir de uma perspectiva feminista. Encontrámo-nos em Glasgow, onde ela está



frequentemente em visita de trabalho. Numa dessas ocasiões, discutimos, entre outras coisas, as necessidades que não são identificadas nas comunidades. Por exemplo, Michelle diz-me que uma quantidade inimaginável de situações de conflito nas comunidades encontram a sua resolução no momento em que é dada assistência ao cuidado infantil. E seriam perfeitamente evitáveis se essa assistência existisse a priori. Michelle também acredita que a oposição entre sucesso e fracasso é injusta, porque o sucesso reside no próprio processo: «As pessoas aprendem cada vez algo mais, e às vezes corre muito mal e é muito confuso, às vezes corre muito bem e o problema se resolve muito rapidamente.»

Michelle também me conta sobre sua experiência como professora universitária, e da dificuldade de encontrar soluções e estratégias para combater a violência de gênero nos campus. Ao longo dos anos, muitas pessoas pediram-lhe ajuda e apoio após um estupro ou assédio e sem querer recorrer às estruturas do Estado; não por medo, mas muitas vezes porque achavam que tornariam a situação impossível de gerir: «Uma rapariga disse-me claramente: “Não quero enfrentar uma denúncia às autoridades, porque me fará mais mal e não conseguirei nada”. Como professora, tinha o dever de perceber o que estava a acontecer, e foi muito difícil porque no campus temos protocolos internos obrigatórios: por lei, devemos denunciar situações desse tipo. Mas uma das alunas estava realmente determinada a procurar alternativas e assim criou um grupo de apoio mútuo para sobreviventes no campus. No início, era aberto apenas a mulheres, cis e trans, e depois abriu-se também a homens trans e queer. Colocámos panfletos por aí e imediatamente houve um grande interesse. O grupo cresceu muito, de quinze pessoas chegou a centenas e centenas e com essa força apresentámo-nos às autoridades universitárias, com uma mensagem: “As pessoas não querem denunciar o que acontece neste campus da maneira que vocês decidem. Queremos, em vez disso, apoio para trabalhar juntos e iniciar um percurso educativo, para falar sobre isso e construir uma comunidade e pensar em outros mecanismos de responsabilização”.»

A universidade opôs-se fortemente porque temia repercussões legais, mas essa iniciativa funcionou em outros níveis. O grupo, conta Michelle, tornou-se uma realidade permanente, e agora têm conselheiros disponíveis no campus para receber sobreviventes, organizam encontros periódicos e procuram constantemente outras soluções. Michelle diz-me que muitos considerariam essa história um fracasso, porque os pedidos avançados, no fundo, não foram atendidos pelas instituições universitárias. Mas isso seria injusto. Hoje, a rapariga que teve a ideia inicial de um grupo de apoio, trabalha para sensibilizar sobre o problema dos abusos no campus e para tentar entender quais papéis seriam necessários para tratar o problema adequadamente. O papel clássico do assistente social está ligado ao sistema legal, e sempre que algo acontece, é necessário comparecer no local com um policial, algo que nem todos os estudantes desejam fazer. As novas formas de organização não foram fáceis de digerir para a instituição universitária. Michelle dá o exemplo de alguns homens do departamento que quiseram se mostrar corajosos e, diante de situações de violência, disseram: "Eu cuido disso!", enquanto muitas mulheres se opuseram a soluções alternativas. O grupo auto-organizado tentou manter sua autonomia e é isso o que precisa ser feito, diz Michelle: «Trabalhar todas essas tensões e garantir que as pessoas estejam seguras e se sintam seguras enquanto mantemos espaços de discussão abertos. É um trabalho árduo».

Bryony Beynon é uma autora, musicista punk e formadora originária do Sul do País de Gales que há anos trabalha com responsabilidade comunitária. O projeto através do qual nos conhecemos chama-se Good Night Out,<sup>12</sup> hoje uma verdadeira organização com formadores especializados que trabalham a pleno vapor com bares, locais, organizadores de eventos e instituições para reduzir a violência de género durante a vida noturna. Encontro-me com ela para saber mais sobre o projeto, e também discutimos sobre falhas nas práticas transformativas e a importância de fazer as perguntas certas: o que ainda falta? Do que precisamos? E, sobretudo, do ponto de vista de quem facilita, quais são os riscos?

Ambas estamos convencidas de que o risco de instrumentalização da justiça transformativa é muito real. De um lado, estamos nós que facilitamos – junto com todas aquelas pessoas que não querem aplicar o punitivismo nas suas comunidades – refletindo e tentando desconstruir múltiplos padrões; mas do outro lado, frequentemente temos homens que na verdade não querem trabalhar e, portanto, lentamente se retiram das suas responsabilidades, auto-absolvendo-se ao manipular a seu favor os argumentos anti-punitivos. Bryony diz: «Quando falamos sobre o que fazer com quem causou um dano, sabemos que estamos entrando em um território muito escorregadio. Queremos reconhecer a humanidade de todas as pessoas, mas devemos manter a firmeza diante de quem é capaz de grandes manipulações, de quem sabe muito bem do que estamos falando e como pode usar isso a seu favor. E há muito a ser feito com a psicoeducação; é claro, devemos estar sempre vigilantes quanto a este aspecto. Há tensões que nem sempre podem ser resolvidas, mas neste trabalho devemos constantemente exercitar a ideia de manter juntas duas verdades: “Ok, você é humano, mas também não me faça de idiota!”»

Bryony continua: «Quando dizemos a essas pessoas: vamos responsabilizá-lo pelo que fez, mas vamos apoiá-lo para se tornar uma pessoa melhor, devemos nos perguntar se estamos ou não favorecendo certas dinâmicas. E isso é algo que assusta, é um dos limites do trabalho que estamos fazendo, mas, em qualquer caso, é muito mais interessante usar a energia para responder a essa pergunta do que ficar se perguntando se a cultura do cancelamento é real ou não». O fato de ela mencionar esse medo me toca profundamente, porque ao compartilhá-lo, ele perde a capacidade de nos imobilizar e de nos levar à rendição. «Estamos diante de um processo de cura, mas também de reconhecimento de que o grande trabalho deve ser feito por essas pessoas em si mesmas. E se chegar o momento em que estão nos fazendo de idiotas, penso que a assunção de responsabilidade da nossa parte pode consistir também em estabelecer limites e mudar a forma como apoiamos essa pessoa. É triste e não é bonito. Mas, como dizíamos, não é uma falha: estamos tentando imaginar um mundo que atualmente não existe, e ao fazê-lo, experimentaremos e tiraremos consequências de cada vez. E cada vez que não nos dirigirmos ao Estado, será um passo a mais para ajudar nossas comunidades. Teremos aprendido algo valioso sobre nós mesmos e sobre as outras pessoas».

Concordo com ela quando diz que muitas de nós, na verdade, não conseguiriam fazer outra coisa senão continuar tentando, o que provavelmente tem a ver com o desconforto que ambas sentimos em outras situações.

## Conclusão (224 - 234)

Claro, vou fazer a tradução para português de Portugal do trecho fornecido:

---

«Como conseguimos responsabilizar uma pessoa por um erro cometido e, ao mesmo tempo, manter o contacto com a sua humanidade o suficiente para acreditar na sua capacidade de se transformar?» Durante o ano em que estive envolvida no processo comunitário em torno de Bernat e Mar, fiz esta pergunta de bell hooks inúmeras vezes. Não creio que alguma vez tenha obtido respostas claras, em nenhum momento. As dúvidas, os sentimentos de culpa e o desconforto profundo diziam sobretudo respeito ao meu papel, às minhas tarefas implícitas como amiga de um homem que abusou de uma mulher. Surgiram outras perguntas, algumas exigiram passos atrás, outras exigiram perder completamente o rumo. Respondi à necessidade de reconstruir as etapas desse percurso, para sair da lógica do estudo de caso e para tentar ser o mais leal possível às contradições e aos sentimentos complexos que vivi e atravessei, evitando prescrições ou julgamentos, porque não existem histórias abstratas sem contextos reais, mas também porque ser realista não significa abdicar de imaginar, abdicar do sonho de pôr fim à violência de género nas nossas comunidades. Vêm-me à memória as palavras pronunciadas por Ursula Le Guin quando, em 2014, aos oitenta e cinco anos, recebeu o National Book Award e refletiu sobre como este é normalmente atribuído a escritores ditos realistas. E acrescenta: «Estão a chegar tempos difíceis e precisaremos das vozes de escritores capazes de ver alternativas à forma como vivemos agora, capazes de ver, para além de uma sociedade dominada pelo medo e pela obsessão tecnológica, outras formas de ser e de imaginar até novas bases para a esperança. Precisamos de escritores que se lembrem da liberdade. Poetas, visionários, realistas de uma realidade maior.»

Talvez a parte mais difícil seja começar, depois aos sonhos e às visões, digo a mim mesma, pode-se dar sentido e forma coletivamente.

Estou prestes a concluir estas páginas em que usei a palavra comunidade continuamente, sem dar uma definição que esgotasse o seu sentido. Provavelmente fui apressada, mencionei-a e depois abandonei-a, quis dá-la por garantida até onde pude. Foi difícil defini-la fora do contexto linguístico em que a experimentei e estudei com intensidade, em que o seu significado partilhado foi para mim um refúgio, embora cheio de contradições. Inspirei-me nas elaborações do Bay Area Transformative Justice Collective, ou nas da generation FIVE, outras vezes foi mais fácil tentar perceber o que não é comunidade. Por exemplo, a forma que toma frequentemente nas redes sociais. Às vezes associa-a a uma emergência; comunidade como tudo o que vem à tona, tudo o que emerge nos momentos em que a vida é mais concentrada, intensa: as celebrações, os inícios, as finais, as crises; mas não basta. Diante da violência, comunidade é tudo o que sofre com ela, tudo o que se rasga ou que pelo menos se estressa ou treme; mas não basta. Comunidade são talvez as relações que sentem o impacto, aquelas que se rompem; mas há também as facções, as fofocas, as piadas, tudo o que não permanece indiferente, tudo o que se ativa e tenta, improvisa e falha. É uma respiração coletiva; mas ainda falta algo. Qual é o passo a mais que garante que a comunidade desempenhe aquele papel propositivo, necessário à transformação, que às vezes damos como implícito na sua definição? Que seja aquele

necessário para desarmar a violência, ou seja, a decisão de intervir numa ruptura, de tramar - na melhor aceção de conspirar, «respirar juntos» - para repará-la?

A comunidade, qualquer que seja, não é sempre imutável, nem sempre presente, nem sempre capaz de agir para o bem dos outros. Ou às vezes simplesmente não existe. Em vez de romantizá-la forçadamente à sombra da sua tradução inglesa, percebo que insistir em invocá-la mesmo quando não existe pode gerar confusão e tristeza.

Entre as primeiras atividades propostas durante as sessões de grupo para instaurar processos de responsabilização comunitária, está a de mapear os próprios círculos íntimos. A quem me dirijo se tiver um problema pessoal? E se precisar de dinheiro? Se tiver uma tarefa prática? E eu? Sei ser para alguém uma referência num momento de crise? Desenha-se um círculo no centro, depois outros círculos ao redor, e mais alguns, estes últimos tracejados. O centro é a pessoa que faz o exercício, nos círculos ao redor escrevem-se os nomes das pessoas mais próximas, e nos círculos tracejados aquelas que vão e vêm, aquelas em quem contamos apenas às vezes. A descoberta triste é que em muitos casos são poucos os círculos que se conseguem preencher, as pessoas a quem se pode pedir ajuda e apoio não são numerosas e mesmo para quem faz parte de comunidades com fortes laços identitários – grandes famílias, grupos de trabalho coesos, grupos políticos, coabitações intencionais – as pessoas com quem é realmente possível sentir-se seguro em situações turbulentas são muito poucas.

O Bay Area Transformative Justice Collective nos últimos anos notou que comunidade talvez já não nos basta como palavra. E em 2014 começou a usar o termo pod para indicar esses tipos de relações significativas que se ativam para a justiça transformativa. Seria bom ficar com o significado botânico - pod é literalmente uma «vagem» - porque imagino também o seu futuro de broto e de planta, mas a tradução que provavelmente mais se aproxima é a de «núcleo» ou «círculo íntimo», de cuidado e apoio.

Os pod são círculos de quatro; três; duas pessoas, às vezes. Não são apenas um apoio nas dificuldades, mas contêm a promessa implícita de que até a dor provocada dentro do círculo será enfrentada. Em suma, nesse núcleo de pessoas não se deixa ao acaso nenhum conflito e nenhum abuso, seja que venha de fora, seja de dentro.

Segundo a experiência da maioria das pessoas que praticam justiça transformativa, é mais eficaz concentrar as energias no que já existe e fazer com que cresça e prospere, em vez de se preocupar em organizar do zero grandes massas de pessoas através de análises políticas indecifráveis ou demasiado simplistas e chamá-las de comunidade (ou community). As relações pré-existentes de confiança e cuidado são mais eficazes diante da violência. Como explica Mia Mingus no seu artigo «Pods and Pod Mapping Worksheet», anos de experiência demonstraram que relação e confiança são os dois fatores mais importantes para o sucesso de intervenções de justiça transformativa, enquanto nem sempre o é a análise política. E isso desmonta grande parte das ideias, tão difundidas nos círculos alternativos, de que mais teoria é igual a mais consciência, mais conhecimento político é igual a mais capacidade de ação diante dos conflitos e da violência. Uma nova leitura da mudança possível que parte da presença e do cuidado, não de complexos e imprescindíveis requisitos para aceder à política ativa: «Quantos livros lidos, quantas manifestações feitas, quão inteligentes são as tuas intervenções». As práticas de responsabilização comunitária

são capazes de dar fundamento a todo ideal de justiça social. Os círculos íntimos são pessoas da nossa vida que talvez não possuam uma linguagem específica, uma preparação sobre os grandes -ismos, sobre as suas raízes históricas, sobre as opressões sistêmicas, mas quando necessário, sabem intervir para reparar e transformar, mesmo que não sejam essas as palavras que usarão. São as pessoas que instintivamente não podem mais suportar a visão da criança presa nos subterrâneos de Omelas e decidem deixar a cidade, mas ainda não sabem explicar porquê e para onde estão a ir.

Apesar de trabalhar com os círculos íntimos ser menos assustador do que ter de confrontar-se com a ausência de uma comunidade inteira, é também verdade que há pessoas que não podem contar nem com um número tão exíguo como um par de pessoas à sua volta. Nas sociedades ocidentais não é infrequente. O objetivo de trabalhar em pequenos grupos é esperar que cresçam e se ramifiquem até alcançar as pessoas que não têm outros a quem recorrer. Nos círculos íntimos, suscetíveis de mudança, movimento, expansão, o que permanece um ponto fixo é a qualidade da relação, a atenção à responsabilidade, ao respeito, ao cuidado.

Adotar princípios antipunitivos e transformativos significará, com o tempo, ter de responder às perguntas incômodas de quem ainda não vê outras soluções além das que nos foram inculcadas, na sua maioria falhadas. Quanto mais fortes forem as relações nos círculos íntimos, mais fácil será tentar dar respostas. E eu sei que estas páginas estão cheias de perguntas mais do que de respostas: onde quer que eu vá, não consigo parar de fazê-las. Num processo de reparação as perguntas incômodas e de certa forma custosas tornam-se um hábito. E interrogam gestos e atitudes que parecem insignificantes, mas reproduzem um modelo exato de sociedade. Apesar disso, recorro novamente às palavras de Mariame Kaba, quando diz: «A impossibilidade de oferecer um pacote limpo e facilmente digerível de soluções não impede de avançar críticas e análises diante das doenças do nosso atual sistema».

Já passaram mais de quatro anos desde o início desta história, desde o dia em que me sentei naquele bar isolado com Bernat, incerta e ignorante das consequências desse encontro. ---

A minha ideia de comunidade mudou muito desde então. Naquele momento, eram as pessoas mais próximas, não só territorialmente, mas também porque o que estávamos a viver dizia respeito a determinados lugares e tempos específicos. E agora, devido à enésima emigração, ainda estou a considerar como expandir as práticas dos meus círculos íntimos, aqueles com quem vivemos esta história, e aqueles novos que se estão a formar, e onde quero exatamente concentrar as minhas energias. John Berger dizia: «Casa é um conjunto de práticas». Parafraseando, poderia dizer que para mim hoje a comunidade é um conjunto de práticas, muito mais do que uma questão de lugares. Tenho a certeza de que estou interessada em participar neste impulso coletivo nas margens do discurso cultural, da narrativa, e fazer transbordar os rios do que foi dito, pensado e representado até agora.

Havia uma piada que fazíamos durante os estudos de facilitação: no mundo fora dessa bolha, se uma pilha de pratos caísse ao chão, quebrando-se em mil pedaços, as reações prováveis seriam o silêncio, afastarem-se, justificar-se ou acusar alguém. No nosso grupo, todas as trinta pessoas teriam dito que eram responsáveis, roçando o ridículo. Tudo isto me

fazia pensar no que desejei mais frequentemente das comunidades políticas em que vivi, e que não encontrei: o reconhecimento comum dos problemas internos, que eram sempre ultrapassados, liquidados, por aquela convicção de que quem se dedica à justiça social é incapaz de fazer mal, e pela ideia muito difundida de que admiti-los nos tornaria mais fracos. Era precisamente o contrário: enfrentá-los, em vez disso, teria-nos tornado mais sólidos. Pensar coisas como: o inimigo não está entre nós, está fora de nós, parece apenas uma forma de fugir da responsabilidade, mesmo que custe a dor ou o desconforto de alguém.

Na história do nosso processo transformativo, apesar de todos os defeitos e erros, podemos dizer que foram dados alguns passos em frente. No círculo de pessoas interessadas em transformá-la, temos a possibilidade de curar o que ainda arde dessa ferida comum. Se esta história tivesse caído nas malhas do sistema penal, provavelmente teria gerado mais violência e mais dor. Não é uma certeza, mas uma probabilidade muito alta. A violência foi reduzida, a agência de Mar permaneceu no centro, e todo o esforço subsequente concentrou-se na cura. Nada foi perfeito, mas foi como abrir um espaço que antes não existia: às vezes era apenas um vazio, e outras vezes a condição necessária para nos relacionarmos com a dor. Para contemplar o leque de possibilidades perante o sofrimento.

As pessoas não vão parar de errar e de infligir violência umas às outras de um dia para o outro, mas a violência e a punição não são caminhos obrigatórios, não estamos destinados a repeti-los como autómatos. O leque de possibilidades é amplo e inclui, por exemplo, multiplicar as figuras e estruturas preparadas para curar, para sanar, para gerir traumas, momentos de crise e conflitos, que reforcem as capacidades transformativas e não as punitivas. Chiara Acu, artista e escritora abolicionista, pergunta: «Como nos sentiríamos ao ter lugares na nossa vizinhança onde encontrar recursos para sermos ouvidos quando somos roubados? Ou quando há um momento de violência no bairro? Quando uma pessoa da família está a ter um esgotamento? Quando um amigo está numa espiral profunda de dependência? Quando o nosso dia de trabalho foi difícil? Ou quando precisamos de uma mão para recentrarmo-nos e redefinir-nos a nós mesmos?»

Esses recursos não aparecerão de um momento para o outro, é necessário tempo e uma cultura partilhada para os construir. Por isso, empenhar-se na sua construção não é contraditório com recorrer às estruturas do Estado: muitas vezes não há outras formas de nos protegermos da violência, ainda não. A perspetiva é a da redução do dano: diminuir mesmo que pouco a violência nos nossos círculos será já uma mudança. Para me mover nessas tempestades, mantenho sempre em mente o que esquecia no processo com Bernat: a coexistência possível de várias tensões, às vezes até contraditórias.

É um dia de primavera em Glasgow, a cidade que me adotou há dois anos. Fui convidada a falar numa reunião por uma organização que se ocupa de desconstruir a punição nas nossas sociedades, organizando campanhas de sensibilização e círculos de discussão. Estou sentada em círculo com outras trinta pessoas, conheço menos de metade, mas em breve apresentar-nos-emos e, durante toda a tarde, partilharemos muitas histórias que envolvem a punição, no seu sentido mais quotidiano e no recurso à prisão e à polícia, e as alternativas que temos à disposição. Cabe-me a mim contar sobre Bernat.

Ouvi uma canção de Mercedes Sosa pelo menos cinco vezes no percurso de casa até este estúdio perto do Barras Market, no outro lado do bairro leste. A canção chama-se «Razón de vivir», e ajuda-me a suavizar outra estrada, aquela que me trouxe de há quatro anos até hoje. Dediquei-a a Bernat no dia do seu aniversário: nós éramos as «ilhas perdidas» que se encontraram. Nós juntos dissipávamos a «sensação de perder tudo», aliviávamos o peso dos nossos dias e servíamo-nos mutuamente para «decidir, continuar, sublinhar e considerar» as coisas. Para «analisar como prosseguir e escolher o modo». E cantando esses versos tão sérios, naquela noite de festa, dançávamos todos descoordenados.

A reunião começa com as primeiras apresentações, depois começo eu com o meu relato: Se fixar um ponto à minha frente, a emoção não me irá dominar. Mas para me tranquilizar, tenho uma língua que já não é um mistério e em inglês flui como água nos seus significados difusos: punishment, harm, agency, transformative justice, community accountability, conflict resolution.

Falo por cerca de dez minutos. Escrevi tudo numa série de folhas que nem sequer olhei. No final, há um silêncio carregado na sala. Deixo estar. São alguns dos homens presentes os primeiros a tomar a palavra. Um deles faz-me uma pergunta: «A decisão que tomaram de agir dessa forma deveu-se ao facto de o teu amigo ser tão popular? Se fosse um desconhecido, teriam feito o mesmo?» Sinto um tom subtil de acusação, respiro fundo. Talvez internamente se esteja a perguntar se a sua popularidade seria suficientemente forte para se «merecer» o tratamento que ele acredita ter sido dado a Bernat? Talvez, como aconteceu outras vezes, a desviação do habitual caminho que leva de um dano a uma punição ainda não seja concebível, e apesar de o homem estar sentado neste círculo para tentar refletir sobre isso connosco, é difícil de imaginar. Talvez queira afirmar que é um feminista e acredita que fizemos um mal a Mar. Estou a divagar, mas interessa-me aprofundar. Outro suspiro. Digo-lhe que a decisão não foi «nossa». A decisão é sempre, sempre, sempre da pessoa que sofre a violência. A decisão de Mar é o que ativa a comunidade, não o contrário. Outra parte da resposta é que acredito entender que, do seu ponto de vista, enfrentar um processo de consciencialização profunda deve ser algo relativamente fácil. O caminho que requer menos empenho, aquele que, na lógica punitiva que não reconhece o dano sem uma pena, significa deixá-lo escapar facilmente. E talvez isso traia o quanto o subestima. Talvez seja útil voltar ao quadro geral. Digo-lhe que na justiça penal, uma mulher acusa um homem de violência, e esse homem então contrata um advogado para se defender. O homem e o advogado juntos entenderão como minimizar o ocorrido e, quando possível, negá-lo, para se livrarem de qualquer responsabilidade. E em muitos, muitíssimos casos, conseguirão. Numa comunidade que adotou os princípios da justiça transformativa, uma mulher acusa um homem de violência, ativa-se um processo que envolve todos, cada um assume a sua parte de responsabilidade. O homem, a comunidade e a mulher juntos terão de entender como enfrentar o ocorrido. E o homem terá de empreender um percurso longo e tortuoso, gerido junto com um grupo de apoio. Terá de respeitar os pedidos da mulher, terá de assumir a total responsabilidade pelo dano infligido e terá de se ocupar de o reparar. Não terá de tentar escapar da responsabilidade, mas apenas assumi-la por completo. Qual é a coisa mais fácil de fazer? Aquela que significa «deixá-lo escapar facilmente»? , pergunto. Ele acena com a cabeça, não me responde.

Mais tarde, a caminho de casa, reflito, sem excluir o que me faz vacilar, as emoções mais contraditórias, os vínculos com as pessoas que amei e que amo – sinto-os a puxar – e os

pensamentos políticos mais vivos destes tempos: tudo me serve. Coloco novamente Mercedes Sosa nos auscultadores e penso que, no final, não saberia explicar melhor do que isso o trabalho que nos propusemos a fazer: fazê-lo.

Tudo o que aconteceu, desde o primeiro momento até hoje, foi responsabilização comunitária. Todo este «analisar como prosseguir e escolher o modo», que às vezes fazemos mesmo na ausência das pessoas com quem começámos a sujar as mãos. Todo este «decidir, continuar, sublinhar e considerar» as coisas.

Continuo a reescrever a trama desta história, tentando ser «realista de uma realidade maior».